



**DOSSIÊ TEMÁTICO:
CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo

**DINÂMICAS CRESCIMENTO URBANO E TENDÊNCIAS DE
TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE NAMPULA**

**URBAN GROWTH DYNAMICS AND TRANSFORMATION TRENDS IN NAMPULA
CITY**

**DINÁMICA DEL CRECIMIENTO URBANO Y TENDENCIAS DE
TRANSFORMACIÓN EN LA CIUDAD DE NAMPULA**

Por Alice Abdala Omar & Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia

91

Alice Abdala Omar
Docente da Universidade Rovuma,
Nampula, Moçambique
Contato: aliceabdalaomar@gmail.com

Como citar
OMAR, A. A.; MUACUVEIA, R.R. M.
Dinâmicas crescimento urbano e tendências de
transformações da cidade de Nampula. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 91-112 jan.- mar. 2023.

Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia
Docente da Universidade Rovuma,
Nampula, Moçambique
Contato: regi.muacuveia@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5150-1097>

Recebido 08/02/2023.
Aceite: 18/03/2023



RESUMO. O presente artigo trata sobre a dinâmicas crescimento urbano e tendências de transformações da cidade de Nampula. O objectivo principal do trabalho é apresentar uma descrição geohistórica da génese, desenvolvimento e transformações da estrutura urbana da cidade de Nampula. O trabalho foi desenvolvido com base nos seguintes enfoques metodológicos a Pesquisa Bibliográfica, Método Histórico-Lógico, Método Comparativo Geográfico e Análise morfológica-estrutural. Os resultados demonstram que, Nampula é uma cidade que teve sua génese como um quartel militar, ela foi-se transformando devido a grande pressão demográfica originada principalmente pela eclosão e desenvolvimento do conflito armado em Moçambique, este facto, contribuiu significativamente para a expansão e crescimento urbano. Como conclusão notou-se que estes fenomenos criaram uma nova tendência diferente de configuração da estrutura urbana da cidade, formando áreas urbanas semi-urbanizadas e não urbanizadas, contrastando com o núcleo central da cidade completamente estruturado.
Palavras-chave: Dinâmica urbana. Crescimento urbano. Estrutura urbana. Morfologia urbana.

ABSTRACT. This article deals with the dynamics of urban growth and transformation trends in the city of Nampula. The main objective of the work is to present a geohistorical description of the genesis, development and transformations of the urban structure of the city of Nampula. The work was developed based on the following methodological approaches: Bibliographic Research, Historical-Logical Method, Geographical Comparative Method and Morphological-Structural Analysis. The results show that, Nampula is a city that had its genesis as a military barracks, it was transformed due to the great demographic pressure originated mainly by the outbreak and development of the armed conflict in Mozambique, this fact, contributed significantly to the expansion and growth urban. In conclusion, it was noted that these phenomena created a new, different trend of configuration of the urban structure of the city, forming semi-urbanized and non-urbanized urban areas, contrasting with the fully structured central core of the city.

Keywords: Urban dynamics. Urban growth. Urban structure. Urban morphology.

RESUMEN. Este artículo trata sobre la dinámica del crecimiento urbano y las tendencias de transformación en la ciudad de Nampula. El objetivo principal del trabajo es presentar un a descripción geohistórica de la génesis, desarrollo y transformaciones de la estructura urbana de la ciudad de Nampula. El trabajo se desarrolló con base en los siguientes enfoques metodológicos: Investigación Bibliográfica, Método Histórico-Lógico, Método Comparativo Geográfico y Análisis Morfológico-Estructural. Los resultados muestran que, Nampula es una ciudad que tuvo su génesis como cuartel militar, se transformó debido a la gran presión demográfica originada principalmente por el estallido y desarrollo del conflicto armado en Mozambique, este hecho, contribuyó significativamente a la expansión y crecimiento urbano. Como conclusión, se observó que estos fenómenos crearon una nueva tendencia diferente de configuración de la estructura urbana de la ciudad, formando áreas urbanas semiurbanizadas y no urbanizadas, que contrastan con el núcleo central completamente estructurado de la ciudad.

Palabras clave: Dinámica urbana. Crecimiento urbano. Estructura urbana. Morfología urbana.

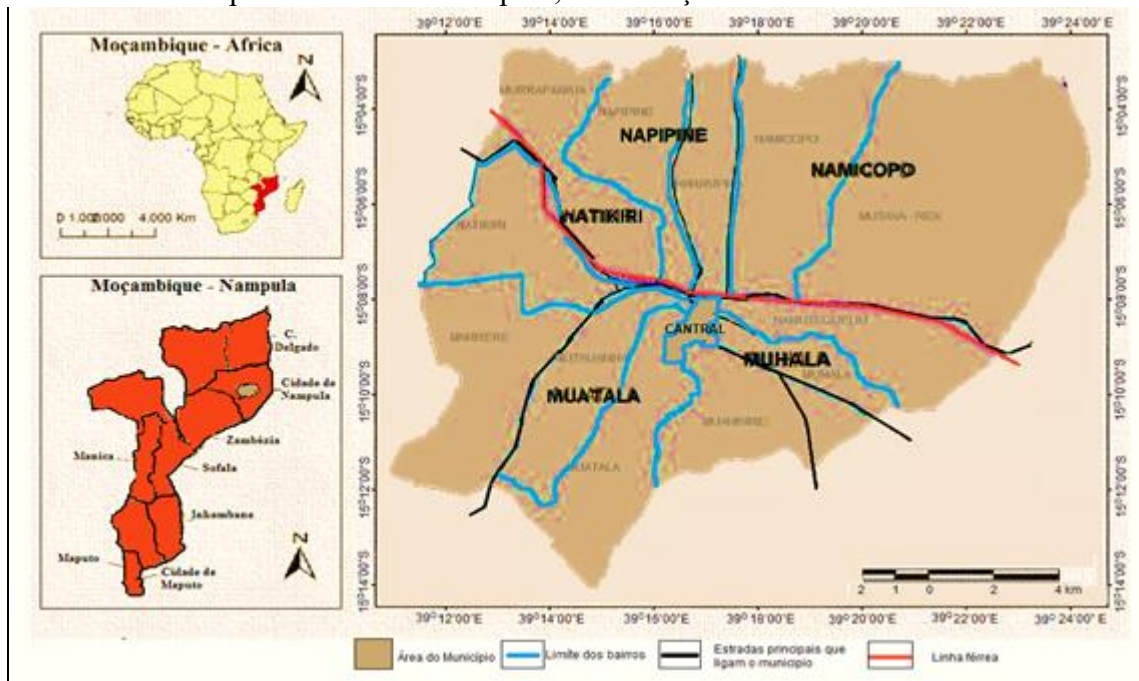


INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um retrato histórico da formação da cidade de Nampula, enfocando a sua configuração espacial, a situação atual dos bairros de ocupação espontânea e desordenada. A abordagem geohistórica foi feita a partir de uma análise da morfologia urbana apresentando elementos que contribuíram para a expansão urbana. As análises históricas da morfologia urbana foram realizadas considerando o desenho do núcleo urbano inicial nampulense e com base nas transformações ocorridas ao longo do tempo que tiveram como consequências o surgimento de novas formas urbanas. Por isso, escolhemos estudar as mudanças ocorridas no processo de formação territorial e de desenvolvimento urbano de Nampula que, por não ter ocorrido de forma dissociada ou isolada em relação ao resto da rede urbana, confere elementos de compreensão das dinâmicas ocorridas em outras cidades moçambicanas.

Antes de mais, é importante explicar que Nampula, situada a noroeste de Moçambique, é a maior cidade da província homônima e da zona norte do território moçambicano além de ocupar o terceiro lugar na hierarquia urbana nacional. O município de Nampula está localizado entre 15°01'35" e 15°13'15" de Latitude Sul e 39°10'00" e 39°23'28" de Longitude Leste de Greenwich. Se situa na região geológica do planalto do grupo de Nampula (Afonso, 1978). A cidade é situada à equidistância dos principais centros urbanos da província de Nampula e da região norte de Moçambique, por ser atravessada por um corredor ferroviário e rodoviário considerado de importância estratégica nacional e internacional (Mapa 1).

Mapa 1. Cidade de Nampula, Localização da área de Estudo



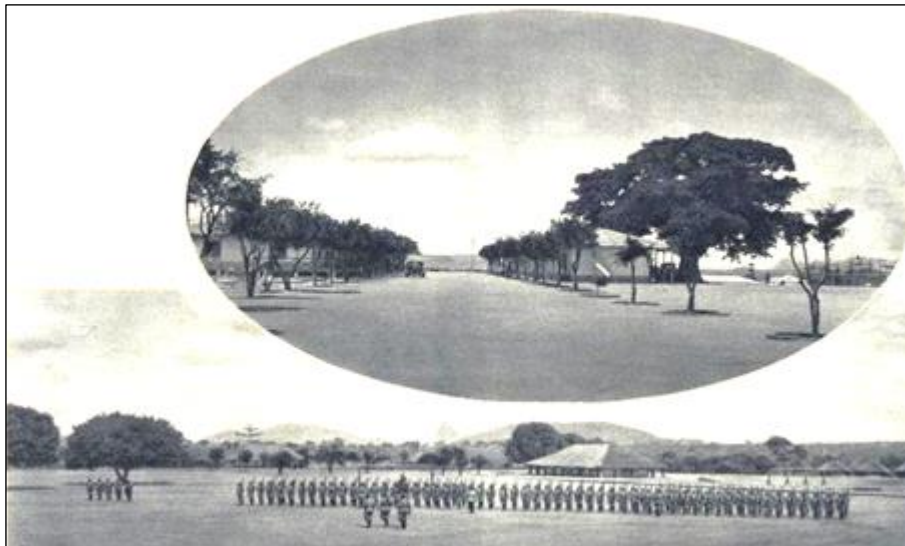
Fonte: Muacuveia (2018)

Distante de cerca 2000 quilômetros da capital, Maputo, Nampula é conectada ao resto do país por rodovias ou Estradas Nacionais (EN). nomeadamente a EN 8, EN 232, EN 239 e EN 501, que cruzam a cidade no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul, respectivamente.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO INICIAL DA CIDADE DE NAMPULA NO SÉCULO XX

Fazendo uma análise descritiva do processo de urbanização de Nampula, é importante sublinhar que uma das peculiaridades da cidade é a sua origem ligada a um posto militar colonial, que, de acordo com Araújo (2005), foi fundado entre 1907-1913 e posteriormente transformado em Comando Militar da Macuana (Figura 1).

Figura 1. Posto Militar da Macuana, núcleo urbano inicial, início do século XX



Fonte: Araújo (2005).

Este posto militar estava contíguo ao povoado do Régulo *Terela Mpula* que hoje corresponde a área da cidade de Nampula. Ele se desenvolveu graças aos contatos comerciais com as cidades do litoral da província, principalmente depois da construção da ferrovia de Lumbo, próximo a Ilha de Moçambique (ARAÚJO, 2005). Mas, a sua dinâmica não dependia somente da conexão com as cidades litorâneas. Nampula já constituía uma importante povoação em crescimento, desde os finais do século XIX, mais concretamente a partir de 1896 quando colonos portugueses enxergaram sua posição estratégica e decidiram instalar um posto militar. Ingressamos numa era de pacificação e ocupação efetiva. Araújo (2005) confirma a relevância histórica da construção do posto militar pelo major Nautel de Abreu a partir de uma expedição da armada portuguesa, iniciativa concretizada em 7 de fevereiro de 1907. Em seguida, Nampula passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia o território das atuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Nessa altura, devido à sua importância e ao território que administrava, a vila recebeu a residência do 1º Governador, serviços de saúde, administração civil, correios e telégrafos, obras públicas, atividades agrícolas, industriais, veterinárias, de pesquisa geológica agricultura, agrimensura, entre outros. Nampula foi elevada à categoria de vila em 1934, reforçando a sua importância estratégica política e econômica na região norte de Moçambique (ARAÚJO, 2005).

Depois da elevação da cidade a categoria de vila, se começa a verificar um crescimento urbano a partir de meados de 1940, quer em termos populacionais assim



como em infraestruturas habitacionais, serviços administrativos, educação e saúde, indústria. Lopes; Araújo; Hermind (1995, p. 8) descrevem o período:

Em setembro de 1940 é criada a diocese de Nampula, dando-se início a uma intensa ocupação urbana-espacial através de construções de habitações e colégios de missionários católicos e outros cristãos. Impulsiona-se o ensino secundário com a abertura dos 2 primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar, cortando com toda a dependência administrativa em relação a Ilha de Moçambique. Em 26 de Agosto de 1956 a vila de Nampula é elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade de Nampula.

Mesmo com a criação destas infraestruturas, importa referenciar que foi em meados da década de 1930, os colonos portugueses usaram em larga escala os planos de urbanização em suas cidades em Moçambique. Para Nampula, foram identificados dois planos de urbanização nesse período colonial. A Planta de Urbanização de 1935 foi o primeiro esboço que englobava somente uma parte da cidade. A aglomeração cresceu seguindo as diretrizes gerais desta planta que propunha uma cidade reticulada, mas com as necessárias adaptações ao espaço físico existente, características tão frequentes nas cidades coloniais portuguesas. No entanto, o Plano urbanístico não foi executado na sua totalidade. Poucas intervenções previstas pelo documento, que se resumiam ao melhoramento das condições das infraestruturas básicas, das habitações e ao alargamento das ruas, foram executadas. Somente depois de 1944, foi possível intervir mais profundamente na estrutura urbana da cidade, através da ação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). O GUC permitiu a construção de várias infraestruturas urbanas que estimularam o processo de crescimento urbano. Intervenções urbanísticas foram impulsionadas por grandes arquitetos portugueses. Fernandes, Janeiro e Neves (2008) consideram que foi depois da primeira planta de urbanização que Nampula recebeu seus maiores investimentos em equipamentos urbanos projetados por Mário de Oliveira em 1955.

No decorrer do tempo, cria-se a sede da Diocese de Nampula, que implica a construção da Catedral da Nossa Senhora de Fátima, que foi inaugurada em 1956. O edifício, de desenho tradicionalista, projetado pelo arquiteto português Raul Lino (1941-1955), apresenta duas torres na fachada e um alpendre com arcada (Figuras 2 e 3).

Figuras 2 e 3. Nampula: Catedral Nossa Senhora de Fátima em 1950 e 2017

Fig.2 Construção da Catedral início de 1950



Fig.3 Catedral de Nampula, 2017



Fonte: Baía (2004)

O edifício foi erguido no âmbito da criação de uma autoridade municipal que zelava na implantação de infraestruturas, que contribuiu bastante nas transformações urbanas previstas pela Planta e o Plano Geral de Urbanização de Nampula, que tinha a finalidade de regimentar os espaços urbanos não edificados sofrendo a pressão demográfica (BAIA, 2004). As outras infraestruturas e equipamentos urbanos importantes que surgiram entre as décadas de 1950 e 1960 são: Hospital Egas Moniz, Colégios Vasco da Gama e Nossa Senhora das Vitorias, Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida, Estádio Municipal, Parque Felgueiras e Sousa, Praça Infante D. Henriques (Figuras 4, 5, 6, e 7).

Figuras 4, 5, 6 e 7. Nampula- Infraestruturas que dinamizaram a urbanização

Fig4. Hospital Egas Moniz em Nampula



Fig 5. Colégio N. Senhora das Vitórias



Fig 6. Parque Felgueiras e Sousa



Fig 7. Praça Infante D. Henriques



FONTE: Araújo (2005).

A construção destas infraestruturas e equipamentos urbanos dinamizou o crescimento urbano, especialmente o moderno e avançado Hospital Egas Moniz, referência a nível nacional. Segundo Araújo (2005), na época em que foi inaugurado o Hospital era considerado o terceiro mais bem equipado da África. Isso dinamizou ainda mais o processo de urbanização da cidade. Ademais, Nampula já contava com equipamentos como museus, cinemas, salas de teatro, emissoras de rádio, clubes esportivos de referência, o e que que lhe conferia uma posição de centro urbano de alta dinamicidade, tal como acontecia na capital Lourenço Marques. Isso contribuiu substancialmente para acelerar o processo de urbanização até nos finais da década de 1950. Araújo (2003) considera que foi nesse contexto que a aglomeração atraiu mais investidores imobiliários que ergueram outras infraestruturas.

Em 1956, Nampula foi elevada à categoria de cidade. Depois da elaboração das plantas cartográficas no âmbito de uma política de ordenamento urbano esboçada pelo arquiteto Bernardino Ramalhete, começou a ser executado o Plano de Urbanização da Cidade de Nampula que a partir de 1962 objetiva acompanhar a dinâmica do crescimento urbano. O Plano foi remodelado no âmbito do GUC e passou a se chamar de Plano Geral de Urbanização (GUC) de 1962. Portanto, o GUC, com auxílio do Serviço de Obras Públicas (SOP) e da Secção de Urbanização (SU), moderniza a cidade. Já nos finais da década de 1960 e início de 1970 Nampula já se apresentava com traçado largo das ruas e avenidas, arborizada com praças e jardins (Figura 8).

Figura 8. Nampula- a cidade em finais da década 1960 e início de 1970



Fonte: Araújo (2003).

Como se pode ver na figura 8, graças a aplicação dos instrumentos de planeamento urbano, a cidade de Nampula apresenta estradas e avenidas reticuladas além de vários espaços verdes, rompendo com a cidade pouco expandida e contando com uma área expressiva de ocupação desordenada. Na época, o entorno da cidade correspondia majoritariamente a zona de prática da agricultura urbana, áreas de conservação ou de mata agrícola, florestas periurbanas ou pastagens.



EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE NAMPULA EM FINAIS DO SÉCULO XX E INÍCIO DE XXI

É importante referir que as intervenções da administração pública portuguesa nas cidades coloniais foram visíveis, mesmo se limitando á vezes a pequenas ações pontuais. Em Nampula elas tinham o objetivo de melhorar a forma urbana. Os instrumentos de planeamento urbano tiveram o seu clímax em 1974, nas vésperas da Independência Nacional de Moçambique (25 de junho de 1975). Daí em diante, registamos graves deficiências na elaboração e aplicação dos instrumentos de planeamento urbano. Lacunas que se devem em primeiro lugar, a falta de quadros, após o abandono do país pelos colonos portugueses. Em segundo lugar, o planeamento foi prejudicado pela guerra civil em Moçambique. Vale também ressaltar que se verificou, mesmo assim, um “boom” demográfico. Dados do Censo de 1970, demostram que a população de Nampula era de 23.072 habitantes. Em 1980 aumentou substancialmente para 156.185 habitantes. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento médio anual foi de 20,2% em 1991 fez passar o número de habitantes para 232.670 habitantes. No período 1980-1991 a taxa de crescimento médio anual foi de 4,3%. No censo de 1997 a cidade de Nampula tinha 314.965 habitantes, consequência de um crescimento médio anual de 4,5% entre 1991 e 1997 (INE, 2007). Em 2007, a população era de 477.900 habitantes, passando para 743.125 habitantes em 2017 segundo o Censo Populacional deste último (tabela 1).

Tabela 1. Nampula- Evolução da População da cidade, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Nampula					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	23.072	156.185	232.670	314.965	477.900	743.125
Taxa de crescimento	1970 – 1980	1980 – 1991	1991 – 1997	1997 – 2007	2007 – 2017	
Valor em %	20,2	4,3	4,5		*	*

*Dados indisponíveis

Fonte: Muacuveia (2018).

Como se pode constatar, apesar de adversidades devido a conjuntura das décadas de 1970, 80 e 90, o crescimento urbano se intensificou com o fim da guerra colonial terminada em 1974 sancionada pelos Acordos de Lusaka (1974) e durante a guerra civil marcado por um forte êxodo rural. A cidade de Nampula, o maior centro urbano da zona



norte e o terceiro em termos de importância socioeconômica no país, recebeu então relevantes fluxos populacionais.

A partir dos finais da década de 1970 e, particularmente, em meados da década de 1980, a expansão urbana se deu, como refere Araújo (2003), de maneira mais desorganizada, gerando importantes impactos socioeconômicos e ambientais. Na época as áreas rurais apresentavam um caráter muito repulsivo, ao contrário das cidades que atraíam muitos migrantes, apesar da administração municipal não ter capacidade de planejamento urbano devido à falta de quadros qualificados e meios financeiros. Foi nestas condições desfavoráveis que a cidade cresceu e a sua periferia se expandiu de forma desordenada.

Desse modo, as áreas suburbanas recebem, segundo Araújo (2003), imigrantes que constroem residência como se fossem transitórias. Por isso, são edificadas com material precário por pessoas em busca de inserção na economia urbana. Os subúrbios são também espaços procurados pela população com alto poder aquisitivo que reside no centro ou em zonas privilegiadas da cidade e busca ali espaços para uma segunda ou terceira moradia. O processo tem gerado conflitos de posse e uso do solo urbano. Mesmo, diante do cenário de crescimento urbano desordenado, instrumentos de gestão territorial como o Plano de Estrutura da cidade de Nampula foram concebidos e outros documentos aprovados desde 1999, não foram ou foram muito parcialmente implementados. Desde então, foram elaborados um Plano Diretor de Drenagem (2003), um Plano Estratégico de Saneamento (2004), um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos urbanos (2006). Mas ainda não se mostraram eficazes para a resolução dos diferentes problemas urbanos existentes.

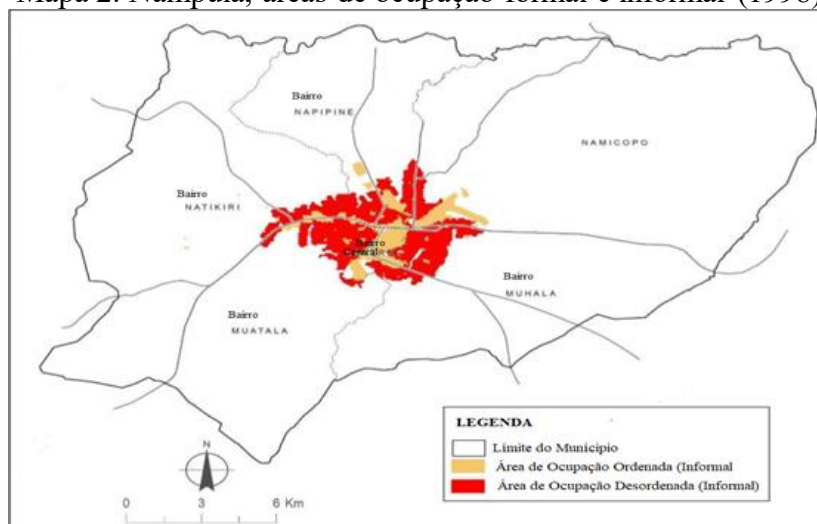
De acordo com o censo de 2017, aproximadamente 90% da população residente na cidade de Nampula está concentrada em áreas semiestruturadas e não estruturadas da cidade (INE, 2017). A grande concentração da população em áreas não estruturadas amplia os problemas de habitações inadequadas, a precariedade do transporte público, a deficiência do saneamento básico, insuficiência dos serviços educacionais e de saúde. O fato de ser considerada uma das três maiores cidades do país, Nampula, com sua grande desigualdade territorial é longe de ser um modelo de urbanização.

EXPANSÃO URBANA RECENTE E RECONFIGURAÇÃO DA CIDADE NAMPULA

O ritmo acelerado processo de urbanização da cidade de Nampula nas últimas décadas foi um reflexo de processos migratórios decorrentes do êxodo rural, exacerbado pela guerra civil. As populações imigrantes ocuparam os espaços ociosos e inexplorados de uma forma desordenada, diante de um “olhar inoperante” das autoridades municipais. Na virada do século XX e para o século do século XXI, a população nampulense, que tinha alcançado 314.965 habitantes em 1997, continuou crescendo alimentando a expansão desordenada da mancha urbana em particularmente dos bairros denominados em Moçambique de *assentamentos informais*. O fenômeno pode ser constatado graças a análise espacial sintetizada no mapa 2.

102

Mapa 2. Nampula, áreas de ocupação formal e informal (1998)



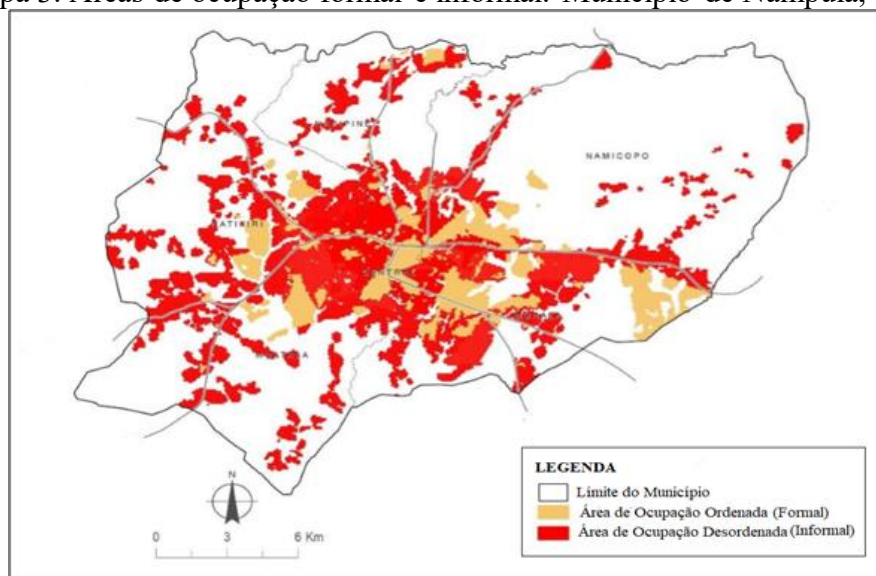
Fonte: Muacuveia (2018).

Conforme observado anteriormente, durante a Guerra Civil a expansão urbana foi alimentada pelo êxodo rural. Mas, mesmo com o fim do conflito armado (1992), o medo da retomada das hostilidades e a falta de condições nas zonas rurais, exacerbaram ainda mais os fluxos de imigração direcionados para Nampula. Entre 1998 e 2018, constatou-se a densificação das ocupações nas áreas de ocupação desordenada que já existiam e o surgimento e espraiamento de novas áreas de ocupação informal para além da mancha existente. Estudo realizado datado de 2017 pelo Instituto de Habitação e

Estudos de Desenvolvimento Urbano (IHS) da Erasmus University Rotterdam (Países Baixos) mostra que, em 1999, a construída da cidade correspondia a 5,7% da superfície da cidade antes de ser multiplicada por 5 nas décadas seguintes (IHS, 2017).

No entanto, é importante salientar que expansão urbana é muitas vezes diretamente proporcional a evolução demográfica da própria aglomeração opois, naturalmente o crescimento vegetativo alimenta o aumento da superfície dos espaços físicos urbanos. O cenário de crescimento da mancha urbana alastrou-se de 2007 para 2017 quando a população urbana de Nampula quase duplicou provocando uma forte expansão da mancha urbana (mapa 3).

Mapa 3. Áreas de ocupação formal e informal. Município de Nampula, 2018



Fonte: Muacuveia (2018).

De acordo com o estudo de IHS, entre 1999 e 2008 e entre 2008 e 2015, a área urbana de Nampula foi respectivamente multiplicada por 13 e 43 vezes (IHS, 2017). Na década de 2000, o número de habitantes aumentou aproximadamente de 16.000 pessoas por ano (INE, 2008) conferindo a cidade suas características mais marcantes do ponto de vista da estrutura urbana, com o surgimento de algumas novas áreas estruturantes apresentadas a seguir.

A) Área Urbanizada (AU)

A Área urbanizada corresponde a mais antiga área urbana do município, incluindo a Área Central (AC) e a Zona Periférica do Centro (ZPC). Possui mais de 60 anos de existência depois da elevação da vila de Nampula a categoria de cidade em 1956. É uma área bem estruturada com infraestruturas e equipamentos urbanos de maior qualidade, ruas e avenidas largas e asfaltadas, passadeiras pavimentadas e arborizadas, uma malha bem definida ou reticulada com uma estrutura ortogonal. Os vários usos da área (habitacionais, comerciais, zonas mistas) revelam um zoneamento planejado. Observa-se um intenso fluxo de veículos e pedestres, entre os quais alguns realizam seus deslocamentos a pé enquanto outros utilizam os transportes públicos para acesso aos subúrbios e vice-versa.

O padrão do traçado viário é regular, com ruas direitas e perpendiculares entre si, apresenta vias dispostas de forma paralela ou ortogonal com ângulos iguais ou aproximados a 90°, quarteirões quadrados que apresentam dimensões diferentes. Apesar de estar implantada numa zona um pouco elevada, estas características descritas se verificam em algumas vastas áreas da zona central, que são ligeiramente planas (Figura 9).

Figura 9. Morfologia da área Urbanizada na zona central da cidade de Nampula



Fonte: Google Earth (2021).



Esta área da cidade como se descreveu, se apresenta bem estruturada, com equipamentos e infraestruturas urbanas, com uma arborização nas suas principais avenidas e ruas, canteiros centrais que separam as faixas de rodagem de veículos automóveis, praças e jardins públicos, o que difere da ASU, onde os elementos urbanos são mais reduzidos ou indisponíveis. Concentra o maior número de atividades produtivas e constitui a área mais acessível da cidade, se configurando como o grande polarizador das demais áreas urbanas que compõem a cidade de Nampula.

B) Área Semi Urbanizada (ASU)

A Área Semi Urbanizada (ASU) corresponde a zona intermediária na estruturação urbana de Nampula. A ASU abriga os primeiros assentamentos fruto da expansão urbana de finais do século XX. A estrutura urbana, pouco coesa, foi condicionada pela ocupação predominantemente residencial de carácter horizontal pois os raros edifícios verticais não contam mais de 4 pisos. O uso do solo misto e comercial é esporádico. A malha viária, pouco regular, não foi planejada. Ela é pouco descontínua e pouco conexa contrastando com áreas planeadas, mesmo de forma incompleta. As ruas, não asfaltadas, são na sua maioria de terra. As vias se constituem de linhas quebradas que formam ângulos e segmentos de várias dimensões. Por isso que os quarteirões são majoritariamente irregulares (figura 10).

O tipo de habitação predominante é a alvenaria (construção utilizando tijolo e cimento). Algumas áreas sofrem um processo de gentrificação sob o efeito da especulação imobiliária que se traduz pela compra e revenda de lotes após a *valorização* do lugar. Observamos, no entanto, que moradores residindo em casas precárias resistem ao processo e permanecem nos seus lotes.

Figura 10. Morfologia da área semi-urbanizada de bairro expansão planejada



Fonte: Google Earth (2021).

A ASU é a primeira das áreas de expansão urbana semi-planejadas que tinham anteriormente um uso rural e foram progressivamente urbanizadas mediante a implantação de assentamentos informais. Mais tarde ocorreu um processo de gentrificação. São locais que necessitam intervenções visando a sua qualificação, agregando ainda, espaços destinados à urbanização futura com lotes enormes que variam de 900 m² e superiores a 1600 m² destinados a uso residencial. A relevância das ASUs quanto à centralidade urbana está relacionada ao fato de que tem uma posição equidistante entre os núcleos consolidados e não consolidados da mancha urbana. Por serem áreas de expansão, podem ser ocupadas tanto pela concentração de atividades relevando um nível de centralidade, quanto pela manutenção do caráter residencial. Neste último caso, se conformarem como áreas de abrangência de regiões vizinhas, com vocação para assumir um papel de polarização sobre seu entorno.

Nestas ASU's, a partir do ano 2000, ocorre outro fenômeno relevante, que é o surgimento dos condomínios habitacionais horizontais fechados em áreas que se caracterizam por uma ausência de ordenamento territorial. Trata-se de ocupação irregular de loteamentos para construção de residências de alto padrão. Em condições semelhantes estão edificadas outros condomínios residenciais horizontais e fechados



que, na ótica de Caldeira (2000), lembram enclaves fortificados, com uma arquitetura da segurança, ou mesmo uma estética da violência, que ilustram um certo modelo de segregação socioespacial atual. A construção de conjuntos residenciais com única entrada e cercados por muros é uma herança de uma tendência europeia do final do século XIX que se alastrou pelo Mundo, alcançando atualmente Moçambique e a cidade de Nampula em particular.

Com a implantação dos condomínios se verifica uma semi-estruturação urbana da área e sua conseqüente valorização. Pois, a implantação destes condomínios que não segue as diretrizes específicas das normas técnicas, o código de obras e o PEU do município de Nampula. Alguns não levam em consideração a necessidade de espaços verdes e áreas de lazer para os cidadãos e são construídos nas zonas de transição entre as ASU e ANUs, o que de certo modo vem confirmar a tese que “os condomínios fechados produzem um ambiente exclusivo e de exclusão, centrado no espaço privado, representando “espaços que se fecham em si mesmos”” (LEITÃO, 2005, p. 238), criando espaços públicos inertes (SENNET, 1992) ou espaços abandonados (JACOBS, 2000) sem interação social e mesclagem de atividades. Estamos diante de um espraiamento que configura um tipo de cidade caracterizado pela periferação, por processo de fragmentação e dispersão. Estes aspectos descritos pelos autores se assemelham ao retrato urbano da cidade de Nampula na atualidade.

C) Área Não Urbanizada (ANU)

A Área Não Urbanizada (ANU) é a zona urbana que, nos vetores de expansão de Nampula em todas as direções, apresenta a maior quantidade de habitação precárias. A urbanização é completamente desorganizada, desprovida de diversos tipos de infraestruturas e equipamentos básicos. Segundo INE (2008), nas ANU's da cidade, se verifica uma pressão exercida pelos domicílios superpovoados que na sua superfície limitada possuem somente espaço para dormir e são instalados em lotes muito pequenos que acomodam dezenas de famílias. As casas são majoritariamente de material precário, do tipo blocos de areia ou adobe, muito frágeis, de paus maticados coberto de capim. Essas “palhotas”, que por vezes aparecem cobertas de chapa de zinco e cujo soalho é normalmente de terra, ou mais raramente de cimento, representam mais de 80% das

construções existentes nos bairros da cidade. Nas ANUs, a malha irregular, não planejada e muito precária é uma regra geral, num contexto de desordem generalizada que dificulta a implantação de equipamentos urbanos (Figura 11).

Figura 11. Morfologia da área não urbanizada no Bairro de Namutequeliua (Nampula)



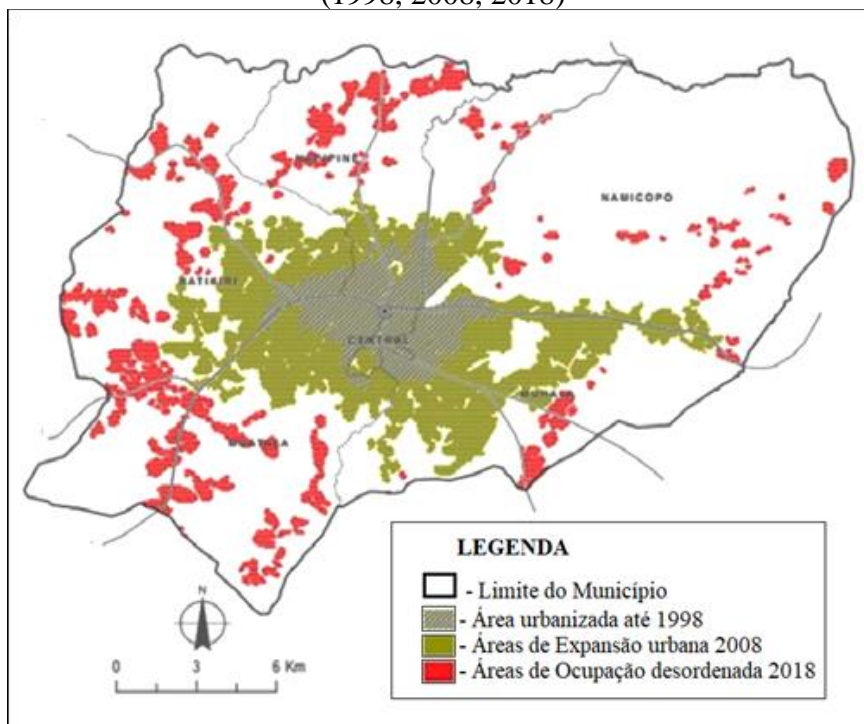
Fonte: Google Earth (2021).

Essas áreas irregulares não apresentam traçados viários regulares. Quando existem ruas, elas são estreitas e tortuosas. Muitas delas terminam em becos ou pátios sem saída. Apresentam normalmente uma arborização nativa ou algumas árvores de frutas plantadas pelos moradores (coqueiros, mangueiras, papaieiras, goiabeiras, entre outras árvores frutíferas e de sombra). Muitas das habitações contam com 3 divisões (2 quatinhos e 1 salinha comum), com uma área interior variando entre 21 e 59 m². Mais de metade das famílias não dispõem de cozinha e cerca de 80% têm casa de banho na parte externa da casa principal (INE, 2008). Cerca de 90% da população residente nas ANU's vive em casa própria num espaço de ocupação espontânea que “considera seu”, apesar de não possuírem qualquer tipo de documento legal que lhes confira a posse (CMCN, 2011). Mas, a sua permanência é assegurada pela constituição da República de Moçambique que, no seu artigo 91 que versa sobre a questão da Habitação e Urbanização, afirma que “todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento económico nacional, criar as adequadas condições”. Esta questão do direito à habitação e a urbanização é enfatizada pela Lei de Terras cujo Capítulo III aborda o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). O artigo 9 diz que “a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por

ocupação pelas comunidades locais que estejam a ocupar a terra segundo as práticas costumeiras adquirem o direito delas”. Isto lhes dá privilégio dificulta eventual reintegração de posse, pois em Moçambique a terra é propriedade do Estado.

Apesar de predominância de construções precárias, surgem neste ambiente algumas residências que operam melhorias e se consolidam ao longo das principais avenidas e ruas de acesso ou das que cortam bairros já semi-urbanizados. Nestes, surgem alguns edifícios comerciais com pisos ou altura que modificam o uso e criam uma zona mista (habitacional e comercial). Essa expansão trouxe também problemas relacionados ao adensamento populacional, principalmente nas áreas mais pobres das ANUs e ASUs, na periferia. As principais infraestruturas e serviços públicos ainda se concentram na área central (Mapa 4).

Mapa 4. Nampula, evolução da expansão da área de ocupação informal (1998, 2008, 2018)



Fonte: Muacuveia (2018).

Analisando as três principais zonas constituintes do espaço urbano nampulense, observamos que os bairros da AU apresentam maior fluxo de atividade comercial, as principais instituições públicas e privadas e os serviços mais diversificados. Esta zona



dispõe de melhores amenidades do que as outras devido as suas condições de habitação (sistema de abastecimento de água, eletricidade e outros serviços que funcionam de forma eficiente). As áreas suburbanas (ASUs e ANUs) crescem sem muito planejamento, exceto algumas zonas de expansão recentemente projetadas como Muhala Expansão, Muahivire Expansão e Marere Expansão. A malha viária é essencialmente constituída por estradas de terra, estreitas e precárias, às vezes, pouco acessíveis devido ao carácter desordenado das habitações. Esses problemas se devem à falta de execução de planos urbanísticos elaborados. Grande parte dos deslocamentos são realizados a pé, ou no máximo de motos e de bicicletas, devido ao estado das vielas que sofrem da erosão dos solos, do excesso de lixo, da existência de valas de drenagem, de riachos, de ruas interrompidas por habitações desordenadas.

Por sua parte, apesar da AU ser a zona que se apresenta mais bem estruturada, existem também entraves que os pedestres devem enfrentar nesta área mais urbanizada onde calçadas apresentam obstáculos que dificultam a transitabilidade, como a precariedade da infraestrutura ou devido a presença de veículos automóveis estacionados ali estacionados.

CONCLUSÃO

Desde os meados da década de 1980, Moçambique regista um elevadíssimo movimento migratório campo – cidade, que foi exacerbado pela guerra civil. Mas, mesmo depois do término do conflito, o prosseguimento da urbanização levou a um forte aumento da população urbana em busca de espaços para instalar sua residência. Isso contribuiu para a expansão da mancha urbana de muitas cidades moçambicanas, como Nampula. Portanto, o crescimento da população urbana deu origem ao surgimento de ocupações irregulares nas áreas periféricas que, em razão da falta de capacidade do poder municipal, sofrem de problemas de diversas ordens.

Dentre os diversos fatores que incentivaram o crescimento e a expansão urbana de Nampula figuram o tradicional êxodo rural, as migrações inter-regionais de pessoas atraídas pela oferta de empregos e melhores condições de vida e internamente pela procura de loteamentos valorizados pelo aumento da procura. Boa parte dessas pessoas procuraram áreas periféricas para estabelecer moradia. Outro fator que contribui de



forma significativa para a expansão urbana foi a valorização de áreas próximas ao centro urbano que provocou venda de seus imóveis por moradores que decidiram se instalar em bairros periféricos como Namutequeliua, Muhala, Napipine, Muahivire etc.

Assim, o processo de expansão e crescimento do urbano da cidade de Nampula criou novas formas urbanas, formando três áreas com características distintas: as áreas urbanizada, “semi-urbanizada” e não urbanizada. Uma das características das duas últimas áreas mencionadas é a ausência de traçado viário, o que dificulta o saneamento básico e o escoamento das águas de chuvas. Por isso, são zonas propensas a erosão dos solos, aos alagamentos e outros riscos causadas por esse processo. Ademais, nessas áreas não há abastecimento de água, por isso, constroem-se poços tradicionais, ou comuns no quintal das residências, alguns são edificadas próximos aos sanitários, o que origina a contaminação das águas provocando doenças intestinais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 14, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, M. G. M. Cidade de Nampula: A Rainha do norte de Moçambique. **Finisterra**, Lisboa, n. 79, p. 209-222, 2005.

BAIA, A. H. M. **Ruralidades na cidade de Nampula: exercício teórico por uma crítica da cidade**. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2004.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA – CMCN. **Caracterização Geral da Cidade de Nampula**. Nampula, 2011.

FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. L.; NEVES, O. I. **Moçambique 1985/1975 – Cidades, território e arquitecturas**. Ed. Autor, Lisboa, Publicação Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

INEM. **III Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos**. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2008.

INEM. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Dados preliminares**. Maputo, 2017.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. Londres, Random House, 2000.



LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 13, 2005.

LOPES, L.; ARAÚJO, M.; HERMIND, K. **Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula**. CEP/UEM, Maputo, 1995.

SENNET, R. **The fall of public man**. Londres, W. W. Norton & Company 1992.